



CONTRATOS BOMBA COMPROMETEM FUTURO DA PETROBRÁS



O modelo de contratação vigente na Petrobrás desde o início da década de 2000, baseado em contratos de grande valor, multidisciplinares, com projeto não definido favorece a corrupção. Além disso, a terceirização da gestão repassa às grandes empreiteiras, cada vez mais concentradas, o conhecimento e os eventuais ganhos de mercado com redução

de custos, em detrimento da Petrobrás, que fica a mercê de sucessivos aditivos, que elevam o custo para muito longe do estimado inicialmente.

Esta foi a conclusão unânime dos especialistas convidados pela AEPET e pela AUDITAR no seminário Modelos de Contratação da Petrobras para Empreendimentos: Fortalecimento Institucional e Con-

formidade Legal, que as duas instituições produziram, no último dia 15 de setembro, no Clube de Engenharia (Rio).

“O regime de contratação global não pode servir de engodo para contratações sem transparência”, definiu o presidente da União dos Auditores Federais de Controle Externo (AUDITAR), Paulo Martins.

Por Rogério Lessa

ENTREVISTA



Frente Parlamentar vai colocar auditoria da dívida pública em primeiro plano

Por Alex Prado

Páginas 2 e 3

Déficit na Petros vai além da gestão dos ativos

A questão do déficit técnico do Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP), da ordem de R\$ 23 bilhões, tem trazido inquietude aos participantes do plano. Muitos creditam o atual déficit aos resultados insatisfatórios dos investimentos da Fundação. Apesar de ser verdadeira a afirmação, o déficit existente vai além da gestão dos ativos.

Páginas 6 e 7

AEPET divulga carta à sociedade brasileira denunciando os riscos da privatização da Petrobrás

Página 8

Editorial

É preciso união, mais do que nunca!

A conjuntura se mantém adversa para os trabalhadores e sociedade em geral, exigindo um esforço sem precedentes dos brasileiros interessados na defesa dos recursos naturais descobertos pela Petrobrás e do próprio direito ao desenvolvimento socioeconômico do País.

Enquanto a Câmara se prepara para apreciar o projeto de lei que retira da Petrobrás o status de operadora única do pré-sal, já aprovado no Senado, o segundo mandato de Henrique Meirelles à frente da economia (desta vez no Ministério da Fazenda) impõe ao País regras cada vez mais leoninas para garantir o pagamento de juros da dívida pública a rentistas.

Isto torna evidente a importância da criação da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular, entre outras iniciativas destacadas pela economista Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, em entrevista exclusiva ao AEPET Notícias.

Ainda no campo da auditoria, a matéria principal desta edição destaca o seminário *Modelos de Contratação da Petrobras para Empreendimentos: Fortalecimento Institucional e Conformidade Legal*, produzido em parceria da AEPET com a União dos Auditores do Tribunal de Contas da União (Auditar), no dia 15 de setembro, no Clube de Engenharia (Rio de Janeiro). A conclusão unânime dos palestrantes, técnicos experientes e altamente qualificados, é que o modelo de contratação por preço global, por meio de contrato de amplo escopo - Engineering, Procurement and Construction (EPC), vigente desde o início da década de 2000, além de favorecer a corrupção, promove uma verdadeira terceirização da gestão dos empreendimentos em favor das empreiteiras contratadas, que se beneficiam dos ganhos de mercado e, sobretudo, do conhecimento adquirido na execução dos projetos.

A mesma falta de informações seguras vale para os fundos de pensão das estatais, entre eles a Petros, que vêm apresentando déficits seguidos, como esclarece o artigo do Diretor de Comunicações da AEPET e Presidente do Conselho Fiscal da Petros, Ronaldo Tedesco. Os conselheiros eleitos da Petros têm feito palestras em todo o país para esclarecer sobre os aspectos do déficit técnico da Petros, que envolvem não só a gestão dos investimentos, mas também a gestão do passivo atuarial e, principalmente, as dívidas não cobradas da Petrobrás para com o plano dos petroleiros.

Sabemos que a situação é difícil em todos os flancos, mas juntos e unidos podemos virar este jogo.



Frente Parlamentar vai colocar auditoria da dívida pública em primeiro plano

Nesta entrevista exclusiva, a economista Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, revela a estratégia mais recente para ampliar o conhecimento da sociedade brasileira sobre os diversos mecanismos que estão gerando “dívida pública” sem contrapartida alguma ao País

Por Alex Prado

Quais os objetivos da “Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular”

A Frente possibilitará colocar o tema do endividamento público em debate no Congresso Nacional; avançar no sentido de ampliar o conhecimento sobre os diversos mecanismos que estão gerando “dívida pública” sem contrapartida alguma ao país; cobrar transparência em relação ao maior gasto do orçamento federal e grande parte dos orçamentos estaduais e municipais; coletar documentos e dados necessários à realização da auditoria dessa chamada dívida, analisar impactos sociais e propor alternativas.

Depois de anos se dedicando a esse tema, conseguimos determinar que existe um SISTEMA DA DÍVIDA. Um grande esquema que utiliza o instrumento do endividamento público às avessas: em vez de aportar recursos ao Estado o sistema da dívida sangra continuamente os recursos públicos, em benefício principalmente do setor financeiro nacional e internacional. Não é por acaso que o atual cenário de crise e escassez não atinge os bancos,

que lucraram mais de R\$ 96 bilhões em 2015, apesar de terem feito uma provisão de R\$183,7 bilhões!

É urgente uma resposta do Congresso Nacional a essa situação, e essa Frente Parlamentar será fundamental para isso. Adicionalmente, está garantida a participação popular. A Auditoria Cidadã da Dívida está organizando grupos de estudos, destinados a apoiar os trabalhos da Frente Parlamentar. A participação da AEPET nesses grupos será muito importante.

A dívida pública tem sido usada como justificativa para diversos projetos em tramitação no Congresso. Qual o impacto destes projetos?

O impacto desses projetos que cortam direitos sociais para destinar mais recursos ao pagamento de juros da chamada dívida pública é o aprofundamento das desigualdades sociais e da insuficiência de serviços públicos em todas as áreas. Destaco os seguintes:

PLP 257/2016: Estabelece, para os estados, teto para gastos primários, isto é, para todos os gastos, exceto os gastos financeiros com a dívida. A justificativa é um alívio temporário nos pagamentos à União, seguido de



alongamento por mais 20 anos. Caso submetidas a uma auditoria, essas dívidas dos estados seriam em grande parte anuladas, pois diversas irregularidades permeiam esse processo desde a sua origem na década de 70, passando pelo refinanciamento pela União no final da década de 90, em condições abusivas que somaram o passivo dos bancos estaduais ao questionável estoque da dívida e, ainda por cima, aplicaram juros extorsivos. Em vez de enfrentar o problema, o PLP 257 empurra o problema para o futuro e representa enorme dano aos servidores públicos e à sociedade.

PEC 241/2016: Essa emenda insere, na Constituição Federal, um congelamento por 20 anos do conjunto de gastos primários para todos os poderes e órgãos federais. Ficam fora do congelamento dos gastos financeiros com a dívida pública e alguns que são executados, como transferências obrigatórias, gastos com eleições e, de maneira infame, gastos com aumento de capital de “empresas estatais não dependentes”. Tais empresas são as estatais recém criadas para emitir debêntures, em esquema ilegal que o PLS 204/2016 visa “legalizar”. Assim, a PEC 241 privilegia a destinação de recursos para esse esquema financeiro ilegal enquanto sacrifica a saúde, a educação, a assistência, a segurança e todos os demais gastos e investimentos sociais.

PLS 204/2016: Esse projeto não passou por nenhuma comissão do Senado e foi direto para votação no Plenário, sem debate algum. Por trás da falsa propaganda de que os entes federados estariam vendendo créditos incobráveis, está, na realidade mera comercialização de papéis financeiros (debêntures) emitidas por estatais não dependentes. Devido ao desconto na venda das debêntures, aos juros abusivos e demais custos financeiros e administrativos, o valor arrecadado com essa venda é consumido em poucos meses e enorme dívida será gerada para o ente federado, sem contrapartida alguma!

Além desses, recentemente foram aprovadas as emendas constitucionais

(**PEC 87 e 143/2015 e PEC 31/2016**) que aumentam a DRU (Desvinculação das Receitas da União) para até 30% e criam a desvinculação para estados e municípios (DRE e DRM), representando forte ameaça ao Sistema Único de Saúde em todo o país.

O governo já anunciou que irá impulsionar nova **contrarreforma da previdência**, que aumenta idade para aposentadoria e subtrai direitos dos trabalhadores e **contrarreforma trabalhista**.

Há como conciliar os interesses opostos dos “desenvolvimentistas” e dos “rentistas”?

Não. Os rentistas exigem juros elevados e privilégios na distribuição dos recursos. Dessa forma, o projeto desenvolvimentista fica inviabilizado, pois faltam os recursos necessários aos investimentos geradores de desenvolvimento socioeconômico, investimentos em tecnologia, educação, infraestrutura etc. com garantia de emprego e aumento do consumo. Na falta de recursos para tais investimentos, haveria que se recorrer ao crédito. Devido às elevadas taxas de juros, essa alternativa fica também inviabilizada.

O Banco Central está suicidando o Brasil, tornando o crédito escasso e caríssimo, devido à prática de elevadíssimas taxas de juros, aliada a outros erros de política monetária, especialmente a esterilização de R\$1 trilhão nas operações compromissadas (que na prática correspondem à remuneração da sobra de caixa dos bancos), além dos contratos de swap cambial em moeda nacional, uma verdadeira aberração que tem provocado prejuízos de centenas de bilhões de reais ao país, ao mesmo tempo em que esses recursos públicos são transferidos para bancos privilegiados.

Qual o efetivo impacto das políticas sociais no déficit orçamentário?

Absolutamente nenhum. O déficit decorre dos elevados juros e gastos do

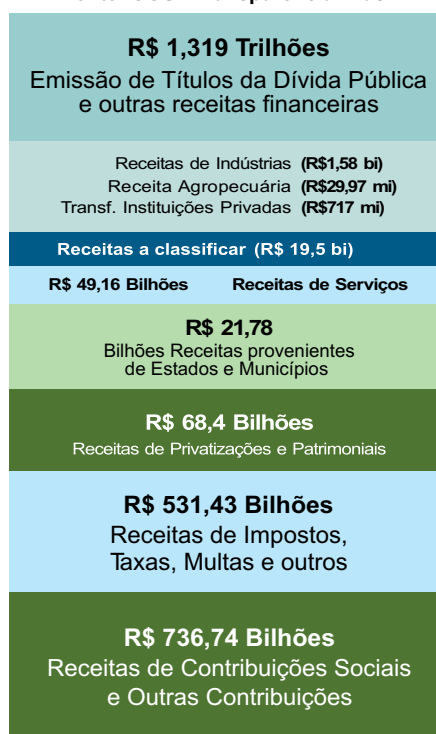
Banco Central com a manutenção de sua política monetária suicida.

Quando colocamos lado a lado todas as receitas realizadas em 2015 e todas as despesas, em vez de déficit, verificamos

RECEITAS FEDERAIS R\$ 2,748 TRILHÕES

Realizadas em 2015

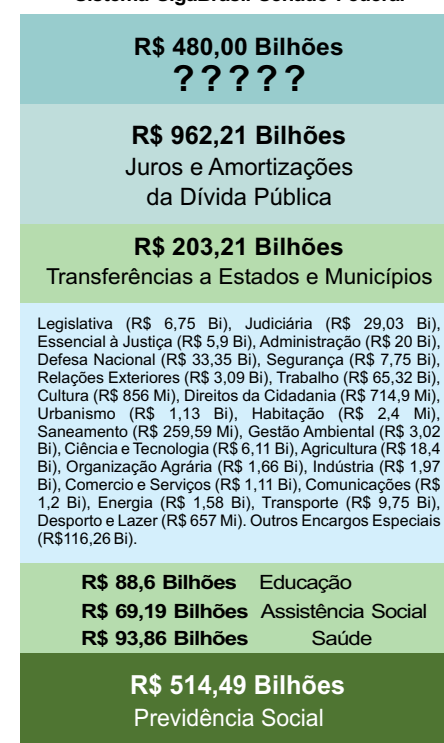
Fonte: CGU - Transparência Brasil



Fonte: CGU Acesso em 26/03/2016 <http://goo.gl/adBGo3>

DESPESAS FEDERAIS R\$ 2,268 TRILHÕES

Pagas em 2015 - Fonte: SIAFI Sistema SigaBrasil Senado Federal



Fonte: SIAFI Acesso em 26/03/2016 <http://goo.gl/YDH5Bn>

E a questão da Previdência Social, é realmente necessário uma profunda reforma?

Ao longo dos últimos anos, os ataques à Previdência Social têm se multiplicado no mesmo ritmo em que se multiplicam os planos privados de previdência.

A Previdência é um dos tripés da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Assistência Social, e foi uma das principais conquistas da Constituição de 1988.

Os constituintes estabeleceram que todos os setores iriam contribuir:

- empresas sobre o lucro (CSLL) e a parte patronal da contribuição sobre a folha de salários;
- trabalhadores sobre seus salários;
- e toda a sociedade sobre o consumo (Cofins).
- Outras contribuições sobre importação de bens e serviços, receitas

de concursos e prognósticos, entre outras.

A Seguridade Social tem sido altamente superavitária. Nos últimos 5 anos, a sobra de recursos foi de R\$ 55,1 bilhões em 2010, R\$ 76,1 bilhões em 2011, R\$ 83,3 bilhões em 2012, R\$ 78,2 bilhões em 2013 e R\$ 53,9 bilhões em 2014, conforme dados oficiais segregados pela ANFIP (www.anfip.org.br).

O falacioso déficit, que tem sido a justificativa para contrarreformas, é obtido quando se compara apenas a arrecadação da folha (deixando de lado todas as demais contribuições sociais) com a totalidade dos gastos com a Previdência, fazendo-se um desmembramento que não tem amparo na Constituição e sequer possui lógica, pois são os trabalhadores os maiores contribuintes da COFINS. Por isso, não há necessidade de uma profunda reforma, a não ser que seja para melhorar.

A Auditoria Cidadã da Dívida está organizando grupos de estudos, destinados a apoiar os trabalhos da Frente Parlamentar.

A participação da AEPET nesses grupos será muito importante.

Contratos bomba compromete

Especialistas mostram como o modelo de contratação pode influenciar o nível de corrupção, formação de cartéis e até no desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) do País. No caso da Petrobrás, alguns processos evidenciaram a intensão de dificultar o controle externo.

Por Rogério Lessa

A AEPET produziu, no último dia 15 de setembro, em parceria com a União dos Auditores Federais de Controle Externo (Auditar), o seminário *Modelos de Contratação da Petrobras para Empreendimentos: Fortalecimento Institucional e Conformidade Legal*. Em suas palestras, Eugenio Mancini, engenheiro aposentado da Petrobrás, com vasta experiência na contratação de obras, tanto públicas, quanto em empreendimentos da Petrobrás; o presidente da AUDITAR, Paulo Martins e o engenheiro Forense, Isleamer Kader dos Santos, perito da Polícia Federal da área de engenharia, foram unânimes em sua avaliação do modelo contratação por preço global, por meio de contrato de amplo escopo - Engineering, Procurement and Construction (EPC), vigente desde o início da década de 2000:

O modelo baseado em contratos de grande valor, multidisciplinares, com projeto não definido favorece a corrupção. Além disso, a terceirização da gestão repassa às empreiteiras o conhecimento e os eventuais ganhos de mercado com redução de custos, em detrimento da Petrobrás, que fica a mercê de inúmeros aditivos, que elevam o custo para muito longe do estimado inicialmente.

PERDA DE INFLUÊNCIA

Eugênio Macini, que falou sobre um “Projeto para uma nova engenharia no Sistema Petrobras”, viveu 21 anos em Brasília, 14 deles a serviço do Ministério de Minas e Energia e outros sete no Ministério do Planejamento. O engenheiro mostrou que, com o modelo EPC, a Pe-

trobrás reduziu seu poder de influenciar o mercado. “A Companhia tornou-se alvo preferencial de cartéis da construção e serviços. Isso derivou do fato de passar a fazer contratos de grande valor, multidisciplinares, com projeto não definido, que a obrigam a antecipar as licitações, que por isso eram feitas com menos informações.”

Em vez de se manter no caminho da busca de excelência, a partir de 2000, a reestruturação levou praticamente à terceirização do gerenciamento de empreendimentos.

Mancini, que acaba de publicar, com apoio da AEPET, um livreto sobre o tema, fez um breve histórico da evolução dos modelos de contratação na Petrobrás. “Antes de 1954, petróleo era operado pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP). O Brasil refinava menos de três mil barris por dia e consumia 130 mil. Apesar do baixo consumo, dispúnhamos de poucas refinarias e os campos de petróleo eram de baixíssima produção. Apenas 11 navios de pequenos disponíveis para transporte. Logo a Petrobrás percebeu necessidade de aumentar produção e refino”, disse.

Assim, a empresa iniciou um longo período de aprendizado, afinal, seu êxito dependia da formação de uma indústria nacional e de uma engenharia capacitada. Um desafio sem precedentes. “Quando não sabíamos fazer, uma grande empresa era contratada e trazia tudo do exterior. Nossa gestão era pontual. Não havia, de início, um órgão que consolidasse tudo isso”, recordou.

Na segunda fase, que vai até meados dos anos 1960, a Petrobrás começou a realizar obras com mais recursos próprios. Já existia o Centro de Aperfeiçoamento e

Pesquisa de Petróleo (Cenap, criado em 1955), com pequenas equipes de projetos e construção nacionais. Começou a se definir um modelo de gestão. “Em 1965, a estruturação da engenharia criou órgãos intermediários de gestão, para fixar o conhecimento: os departamentos Depro, Depin, Detran e o Decon. Na área de engenharia, o Segen (Serviço de Engenharia, 1972-2000) fazia projetos diversos, mas não de maneira centralizada”, frisou, acrescentando que, naquela época, foi ampliada simultaneamente a capacidade de refino.

“Construiu-se um terminal marítimo para escoamento dos produtos da Refinaria Landulpho Alves - Mataripe (RLAM), enquanto a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) produzia 90 mil barris por dia. Desenvolvemos capacidade gerencial, a partir, sobretudo, da experiência diferenciada entre os departamentos. Para as grandes obras, foi criado o Grupo Executivo de Obras Prioritárias (GEOP), responsável por projetos como o oleoduto de Paulínea,

unidade de lubrificantes na Reduq. Foi estabelecido prazo de mil dias, que foi rigorosamente cumprido, bem como o orçamento”.

A fórmula bem sucedida do Geop serviu de base para que se implantasse o Segen, uma unidade centralizada. A Petrobrás funcionava como integradora dos projetos. Fazia (ou encomendava) o projeto e depois contratava as especialidades. Gerenciava a interface entre todos os contratos, planejamento, compras e construção. “A Companhia mantinha o controle da execução dos projetos. Desenvolveu um poder de compra poderoso, capaz de influenciar o mercado nacional. Saímos dos fornecedores estrangeiros para produção 80% nacional.”

No ano 2000, lembrou Mancini, a nova estrutura, que criou as unidades de negócio, destinou papel secundário para áreas estratégicas como tecnologia, materiais e gestão de empreendimentos. “Toda a responsabilidade passou para a área de negócios, contrariando a experiência do Segen ao longo do tempo”,

Sugestões do palestrante Eugênio Mancini

- Os contratos do tipo EPC devem ser exceção, não a regra nas contratações da Petrobrás
- Otimização de investimentos - informação democratizada, com o projeto discutido com muitos atores
- Defesa contra as manobras do mercado (competitividade)
- Estimativa de custos descentralizada, como no passado

Falta transparência

Em seguida, o presidente da AUDITAR, Paulo Martins, destacou que o Tribunal de Contas da União (TCU) tem função constitucional de controle externo e vem se aprimorando para se colocar também ao lado dos gestores. Ao falar sobre “Modelos de Contratação - Impactos e Requisitos - Caso COMPERJ”, Martins informou que o o Tribunal não deixou de atuar na área de controle da legalidade, mas sua ação se expandiu também pela área operacional, através das auditorias.

Com relação aos modelos de contratação, a conclusão do presidente da AUDITAR se assemelha à do palestran-

te anterior. O TCU começou a analisar o regulamento de licitações da Petrobrás em 2002. É a única empresa que possui um regime diferenciado de contratações, existente desde 1998. “Desde 2002 foi declarada a inconstitucionalidade desse regime. A empresa contestou e o Supremo decidiu pela manutenção desse regulamento. Mas o TCU sempre externou a fragilidade na avaliação de custos nas contratações. Os principais problemas surgem aí, da falta de controle”, frisou.

Citando também o problema vivido atualmente pelos fundos de pensão - “a falta de fiscalização” - Martins ponderou que, para o bom gestor, a presença do TCU e até da Polícia Federal é bem vista. “Não é

o futuro da Petrobrás

“O regime de contratação global não pode servir de engodo para contratações sem transparência”

Paulo Martins, Presidente da AUDITAR

apontou, sublinhando que isto obrigava a empresa a antecipar as licitações.

Feitas com informações insuficientes, tais licitações passaram a gerar aditivos e modificações, sempre em favor de um número menor de empreiteiras devido à consequente concentração desse mercado pelos maiores conglomerados. Além disso, com projeto definido e risco já considerado, a empreiteira consegue vantagens junto aos fornecedores que antes eram da Petrobrás.

“Boa parte do endividamento da Companhia advém dos preços excessivos contratados nos últimos 10 anos. O mesmo vale para a corrupção também, mas não apenas ela. Essa espiral interessou ao cartel das empreiteiras. Quanto menos transparente e maior o valor do contrato, menos empresas têm condição de participar da licitação”.

“Minha recomendação é que a Petrobrás volte a ser integradora dos projetos. Não necessariamente todos, mas não se pode fazer refinaria por EPC. A receita anterior era simples, racional. Receita

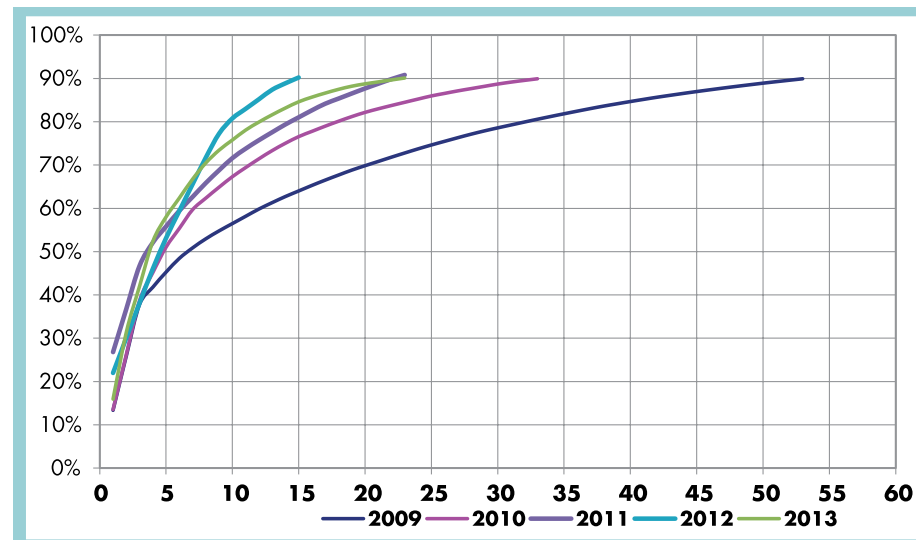
de hoje que cobramos informações mais detalhadas, não apenas da Petrobrás. Há uma falta aguda de informações, gerando esses problemas que a mídia vem divulgando. Neste momento há uma crise de credibilidade em que todos perdem. Por isso, os órgãos de controle têm que ser vistos como parceiros”.

De acordo com o presidente da AUDITAR, as deficiências na fase de planejamento são a causa de se recorrer tanto aos contratos EPC. “Para a empresa mal intencionada é bom um projeto básico mal feito. Ela tem a certeza de que virão aditivos”, disse, destacando que, no caso da Petrobrás, são mais de 100 aditivos em média, por contrato.

COMPERJ

Martins lembrou que o COMPERJ veio para gerar empregos e renda, assim como outros projetos da Petrobrás, mas também ali foi identificada a falta de transparência. “Um orçamento com baixo grau de detalhamento não é capaz de mostrar

GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS NA PETROBRAS CONCENTRAÇÃO DE CONTRATOS (2009/2013)



Grandes projetos limitam o número de empresas participantes devido ao grande volume contratado. Facilita a formação de cartéis. Poucos concorrentes para conversar. Gestor tem poucas opções também.

de engenheiro. Sem projeto e sem planejamento não se faz nem casinha de cachorro. Este é um ativo intelectual a ser controlado pela Companhia. Com

os contratos do tipo EPC, o prejuízo vai muito além da corrupção. Creio que este tipo de contratação seja responsável por mais da metade da dívida da empresa”.

a formação de preços. Percebemos nas auditorias que a empresa exigia demonstração muito simplificada. Delatores disseram claramente sobre a demonstração de formação de preços (DFP), várias informações não eram fornecidas”.

A Petrobrás, segundo o auditor, não exigia planilha de preços unitários dos serviços, inviabilizando o levantamento de custos de parte da obra do COMPERJ. “Não havia coeficiente de consumo-produto, de produtividade. Não havia memória de cálculo da formação de preços na DFP exigida pela empresa, entre outras falhas. Nem provisão para eventuais contingenciamentos. Ou seja, o objetivo era não permitir que fosse feito o controle”, comentou.

A falta de informações seguras e detalhadas atrapalha também a avaliação das empresas quanto aos aditivos contratuais. “Sem parâmetros e informações, o trabalho dos órgãos de controle é dificultado. O resultado é a corrupção envolvendo a empresa”. Martins reiterou suas graves de-

núncias. “O TCU argumentava que a DFP serve para avaliar se obra não está superfaturada, mas a empresa respondia com argumentos pífios”.

O TCU contrargumentava que, embora a Petrobrás não siga a lei das licitações (nº 8.666), está obrigada a cumprir os preceitos constitucionais de respeito ao interesse público. “A impessoalidade, base do processo licitatório, não pode ser quebrada. O Tribunal determinou que nas contratações Petrobrás especificasse o grau de liberdade que a contratada teria, a elaboração de matriz de riscos de forma a definir responsabilidades de forma objetiva, para servir de entrave aos aditivos. Mas, não havendo a democratização da informação, abre-se espaço para a formação de cartéis”.

Para o presidente da AUDITAR, os órgãos de controle devem caminhar na direção de uma maior precisão orçamentária e um grau também superior de detalhamento dos projetos. “Temos que defender a Petrobrás porque ela é nossa”, finalizou.

EXEMPLO DO PASSADO

Mancini lembrou que no período da redemocratização do Brasil a Petrobrás viveu situação parecida com a de hoje. O Brasil renegociava sua dívida externa e as estatais estavam proibidas de se endividar no exterior e junto a bancos públicos. A empresa sangrava por subsídios à nafta, álcool, diesel, etc. e o governo segurava os preços a pretexto de controlar inflação. Não havia recursos, mas foi estabelecida a meta dos 500 mil barris. No entanto, no Segen a metodologia de otimização do projeto obteve sucesso.

“Em 1991, com a experiência do Segen, foi feito um programa de otimização que funcionou durante cinco anos. Depois ninguém falou mais em economia. Nos EUA, o Departamento de Administração, que regula todas as construções do governo, obriga em todos os contratos a inclusão de uma cláusula obrigando análise de valor que estimule o contratado a fazer o mesmo e dividir o lucro com o contratante”, resumiu o engenheiro.

Desafios

Encerrando o evento, o Engenheiro Forense, Isleamer Kader dos Santos, perito federal da área de engenharia, esclareceu como a Polícia Federal realiza perícias em obras de engenharia. Para ele, o maior desafio é verificar se a obra está compatível com o preço de referência. “As empresas conseguem descontos e nem sempre isto está claro. O ideal é atualizar mensalmente um banco de dados com os preços de referência, uma tarefa muito difícil. Outro desafio é ver efetivamente o preço de mercado da obra, que é diferente do preço referencial. Para identificar o superfaturamento é preciso alcançar o custo real da obra”, esclareceu, acrescentando que em algumas notas fiscais da Petrobrás foram identificados casos de descontos de até 90% que não apareciam na previsão de custos. “Acreditamos que isto tem o objeto de desviar recursos públicos”, resumiu, acrescentando que, embora a legislação tenha apresentado progressos, superfaturamento ainda não é considerado crime no Brasil.

Déficit na Petros vai além da gestão dos ativos



A questão do déficit técnico do Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP), da ordem de R\$ 23 bilhões, tem trazido tranqüilidade aos participantes do plano. Muitos creditam o atual déficit aos resultados insatisfatórios dos investimentos da Fundação. Apesar de ser verdadeira a afirmação, o déficit existente vai além da gestão dos ativos.

É o que explica Fernando Siqueira, conselheiro fiscal eleito pelos participantes e vice-presidente da AEPET: “Dos R\$ 23 bilhões de déficit, cerca de R\$ 8 bilhões representa a contribuição dos ativos. O restante é derivado do crescimento acima do esperado dos compromissos do PPSP. Cerca de R\$ 15 bilhões se somaram os compromissos da Petros no último ano”.

(Valores em Bilhões)	2014	2015	Evolução	%
Ativos	R\$ 61,8	R\$ 59,5	- R\$ 2,3	4%
Passivo	R\$ 65,5	R\$ 82,6	+ R\$ 17,1	
Déficit Técnico	R\$ 6,2	R\$ 22,6	R\$ 16,4	

Tabela 1 – Evolução do Déficit Técnico

SITUAÇÃO DOS ATIVOS

Os ativos da Petros tem apresentado uma performance abaixo das necessidades do PPSP. Além das questões conjunturais que afetam seus resultados, devido a uma conjuntura econômica mundial e nacional desfavoráveis, temos também diversos problemas estruturais que estão sendo decisivos para os resultados aquém do esperado.

É o caso de investimentos como Norte Energia (Usina Belo Monte): “A Eletrobrás e o BNDES pertencem à União e são sócios dos fundos de pensão em Norte Energia. A postura do Governo está dificultando a concessão dos empréstimos previstos pelo BNDES, o que afeta a rentabilidade do ativo”, explica Silvio Sinedino, conselheiro deliberativo, eleito pelos participantes.

Outro ativo que está impactando negativamente é o FIP SONDAS, que controla a empresa SETE BRASIL, de construção de navios-sondas. As dificuldades contratuais com a Petrobrás e o BNDES levaram os sócios a pedirem a recuperação judicial da empresa. Com isto, a baixa contábil atingiu R\$ 1,7 Bilhão: “O Governo Federal chama os fundos de pensão a investir em empresas importantes para a infraestrutura

do país. Quando as dificuldades acontecem, se recusa a manter seu papel de fomentador da indústria nacional, transferindo para nós todo o risco do empreendimento”, comentou Sinedino.

BR Foods, Itausa e o Fundo Litel (VALE), são ativos que também não têm apresentado uma rentabilidade adequada no último período, impactando negativamente as contas da Fundação: “A participação da Petros como acionista tem que obedecer ao critério da rentabilidade. A Petros precisa manter um plano permanente de investimentos e de desinvestimentos. Participar da governança de empresas, por exemplo, não tem se configurado como uma prática adequada para nós, por que precisamos ter agilidade e liquidez”, comentou Sinedino.

Os investimentos da Petros em 31/12/2015 totalizavam R\$ 61.808.977,00. Com a uma meta atuarial de IPCA + 5,63%, eles precisariam rentabilizar 16,3% (face a inflação real de 10,67%), atingindo R\$ 71.883.840.

“Mesmo que tudo desse certo para a Petros e o PPSP atingisse a meta atuarial, ainda assim haveria déficit técnico de R\$ 10.760.090 pelo aumento expressivo dos compromissos do plano (Provisões Matemáticas) que atingiram R\$ 82.643.930”, explica Ronaldo Tedesco, atual presidente do Conselho Fiscal da Petros.





CRESCIMENTO DO PASSIVO ATUARIAL

O passivo atuarial cresceu 28% no exercício de 2015. A situação do país influenciou não somente os resultados dos ativos, mas também do passivo atuarial. O impacto da inflação foi maior que o esperado em cerca de R\$ 4 bilhões.

Outro impacto importante foi a adoção da Família Real como premissa demográfica do plano. Paulo Brandão, conselheiro fiscal, suplente de Fernando Siqueira, explica: “Os conselheiros eleitos da Petros há mais de uma década apontam em seus pareceres a necessidade de revisão da chamada Família Padrão, premissa demográfica do plano que estava desatualizada. A realização do recadastramento dos participantes e assistidos do PPSP confirmou nossos alertas. No fechamento de 2015, o atuário do plano concedeu parecer nos dando razão. A falta de providências de seguidas diretorias da Petros levou este problema a constituir R\$ 5 bilhões do total do déficit técnico”.

Outro forte impacto no passivo

atuarial foi do chamado contencioso judicial, da ordem de R\$ 3 bilhões. Também a decisão de pagamento dos níveis (2004/2005/2006) aos assistidos do plano, sem cobrar a correspondente fonte de custeio, compromete os resultados do PPSP.

Além disso, houve também uma autorização no SIB (Sistema Informatizado de Benefícios) dos dois cálculos do benefício inicial, com impacto da ordem de R\$ 3,5 bilhões: A forma do cálculo do benefício inicial foi modificada na década de 1990, de média aritmética a 100% para média ponderada a 100%, para que o cálculo pudesse enfrentar o fenômeno inflacionário, pois os participantes estavam tendo grandes perdas já no cálculo inicial de seus benefícios. Com o tempo, a Petros deixou de fazer os dois cálculos, mantendo somente o cálculo da média ponderada a 90%. “Com a inflação baixa, isto provocou perdas para os participantes, que entraram na justiça para garantir seus direitos”, explicou Brandão.

AS DÍVIDAS DA PETROBRÁS

“A não cobrança das dívidas da Petrobrás tem sido uma prática sistemática de seguidas diretorias da Petros, prejudicando o plano”, informa Fernando Siqueira.

Marcos André, suplente de Ronaldo Tedesco no conselho fiscal, complementa: “A concessão do Acordo de Níveis aos participantes que não entraram com ações judiciais, por exemplo, era correta. O que está incorreto é que a patrocinadora Petrobrás deveria ter sua responsabilidade cobrada pela Petros, como é consagrado no inciso IX do artigo 48 do Regulamento do Plano. A Petros não o fez”.

Segundo os conselheiros eleitos, todas as situações que possam configurar dívidas não têm merecido, por parte da Petros, qualquer providência. Assim, os compromissos do Plano, que possuem custeio previsto pelo Regulamento, ficam a descoberto por omissão da Petros. “Não há como o PPSP deixar de apresentar déficit técnico, se o seu plano de custeio for ignorado”, afirma Ronaldo Tedesco, que conclui: “Responsabilizar as seguidas diretorias executivas da Petros por erros da administração dos ativos da Fundação e esquecer a

falta de gestão e cobrança das dívidas que compromete o Passivo Atuarial do nosso plano significa perdoar erros que atingem hoje a cifra de R\$ 15 bilhões”.

Valores do Equacionamento

Todos querem saber quanto será o valor das contribuições para cobertura do déficit. Este número ainda não está disponível. “A Petros ainda quer realizar a Cisão do nosso plano, o que é um novo ataque aos participantes e assistidos. A última reunião do Conselho Deliberativo adiou esta decisão, a nosso pedido”, informou Sinedino.

A proposta de Cisão poderá proporcionar equacionamentos distintos para repactuados e não-repactuados devido as *durations* (tempo médio do uso dos recursos financeiros do plano) diferenciadas entre as massas.

A cobrança das dívidas da Petrobrás, encaminhada pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobrás e Petros (FENASPE), também podem mudar estes números.

Criação do FIDEF

Nos dias 12, 13 e 14 de setembro, durante a realização do 37º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, foi criada a Associação Nacional Independente dos Dirigentes Eleitos das Entidades Fechadas de Previdência Social, que reúne os conselheiros e diretores eleitos que atuam de forma independente dos governos, dos partidos políticos e das patrocinadoras dos fundos de pensão. A crise de representação no setor de previdência complementar demandou a construção desta nova entidade nacional. A diretoria provisória da nova entidade traz à frente Augusto Miranda, da Funcef e congrega representantes dos fundos Petros, Funcef, Previ, Real Grandeza, Postalís, Fapes e Celos. Nos próximos meses haverá discussão do Estatuto da nova entidade.

Crescimento do Passivo Atuarial	Estimativas
Adoção da Premissa da Família Real	R\$ 5 bilhões
Impactos da inflação	R\$ 4 bilhões
Contencioso Judicial	R\$ 3 bilhões
Implantação no SIB dos dois cálculos (90% e 100%)	R\$ 3,5 bilhões
Impacto do Acordo de Níveis	R\$ 3 bilhões

Tabela 2 – Crescimento do Passivo Atuarial



AEPET divulga carta à sociedade brasileira denunciando os riscos da privatização da Petrobrás

Através de carta, AEPET reitera que existem alternativas ao plano de privatização já em curso e que pode alienar cerca de um terço do patrimônio da estatal, conforme ratificado no Plano Estratégico para o período 2017-2021, apresentado pela Petrobras em setembro e já aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

“A venda de ativos rentáveis compromete o fluxo de caixa futuro, entrega o mercado nacional aos competidores privados ou intermediários, fragiliza o desenvolvimento tecnológico soberano, transfere a propriedade de riquezas naturais finitas e estratégicas”, frisa o documento.

Leia a seguir:

Carta à sociedade brasileira

Apresentação do Plano Estratégico 2017-2021 ao CA da Petrobrás

A Direção da Petrobrás divulgou que o Conselho de Administração apreciará o novo Plano Estratégico (PE 2017-2021) na próxima semana.

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) reitera que existem alternativas ao plano de privatização que está sendo realizado e que pode alienar cerca de um terço do patrimônio da estatal.

A venda de ativos rentáveis compromete o fluxo de caixa futuro, entrega o mercado nacional aos competidores privados ou intermediários, fragiliza o desenvolvimento tecnológico soberano, transfere a propriedade de riquezas naturais finitas e estratégicas. A venda do petróleo do pré-sal, da infraestrutura de gasodutos, das unidades petroquímicas, dos terminais de GNL com as termelétricas associadas, da Liquigás Distribuidora de GLP e do controle da BR Distribuidora compromete o futuro da companhia.

Em cartas à direção da Petrobrás e seus conselheiros, tornadas públicas aos petroleiros e à sociedade, a nossa Associação também alerta para o risco da Petrobrás cometer os mesmos erros estratégicos das multinacionais.

As maiores multinacionais de capital privado do setor do petróleo não repõem suas reservas na taxa que são esgotadas, têm produção declinante, apresentam resultados financeiros fracos, e perderam boa parte de sua capacidade tecnológica, ao terceirizar suas atividades às empresas prestadoras de serviço. Em uma palavra, definham. Entre as principais causas, a adoção de modelo de negócios baseado em premissas falsas, com objetivo de maximizar o valor para o acionista no curto prazo, com precária visão estratégica ao não compreender o ambiente de negócios, seguindo bovina e consensualmente planos similares baseados em informações de “consultorias independentes”, ao negar restrições socioeconômicas, além de ignorar limites naturais. Caso a Petrobrás adote modelo parecido terá o mesmo destino, em breve.

A Petrobrás foi vítima de um cartel de empreiteiros que através de políticos traficantes de interesses, executivos de aluguel, além dos banqueiros que lavam mais branco, formaram um grupo de bandidos que fraudou a companhia. Os recursos precisam ser recuperados e os responsáveis julgados e punidos.

A corrupção precisa ser combatida com o fortalecimento institucional da companhia e não pode ser utilizada como pretexto para a entrega do patrimônio público a outros interesses privados, desta vez o das multinacionais do petróleo, fundos de investimento, bancos credores e suas agência de avaliação de risco.

O novo plano precisa ainda fortalecer a atuação integrada da Petrobrás, desde a exploração do petróleo, à produção dos petroquímicos, dos biocombustíveis e das energias renováveis. Ampliando seu mercado através da infraestrutura logística e de distribuição. Além de fortalecer o seu Centro de Pesquisas (Cenpes), a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

É necessário agregar valor ao petróleo cru, especialmente no atual cenário de elevação dos custos médios e mundiais da sua exploração e produção, com grande instabilidade dos preços, somadas à recessão econômica mundial, à instabilidade do sistema financeiro e às disputas monetárias entre potências internacionais.

É preciso fortalecer a Petrobrás Biocombustível reavaliando o seu modelo de negócios para que tenha acesso as matérias primas com custos mais baixos e próximos aos custos de produção. Desenvolver produtores e a cadeia de valor para atuação integrada, sem depender da aquisição das matérias primas de seus competidores ou potenciais competidores. Precisa ampliar sua área de atuação para a produção de energia elétrica de origem renovável, eólica e solar. Atuar também nas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), opções rentáveis para geração distribuída de energia.

A renda petroleira deve ser usada para levantar a infraestrutura para a produção das energias renováveis que são essenciais para o futuro.

A descoberta do pré-sal, a maior dos últimos 40 anos, e o domínio tecnológico desta região geológica de fronteira nos dá a oportunidade de construir um país justo e solidário. É preciso ter estratégia de longo prazo, produzir na medida do nosso desenvolvimento e em suporte a ele.

Nenhum país se desenvolveu exportando petróleo por multinacionais. Nenhum país, continental e populoso como o Brasil, se desenvolveu exportando petróleo cru ou matérias primas sem valor agregado, mesmo que através de companhias nacionais, estatais ou públicas.

Existe correlação entre o desenvolvimento humano e o consumo per capita de energia primária. Precisamos usar nossas riquezas nacionais para atender a tantas necessidades dos 205 milhões de brasileiros. Um povo trabalhador e honesto, mas mantido na ignorância por uma elite medíocre que insiste em nos lançar em novos ciclos do tipo colonial.

Superamos a produção de um milhão de barris por dia no pré-sal, em tempo recorde. O pré-sal é uma realidade e representa quase metade da produção nacional. A História demonstra a capacidade técnica e financeira da Petrobrás e do Brasil”. Competimos em mercado aberto, a Shell devolveu o campo de Libra à ANP declarando que não havia petróleo comercialmente viável. A Petrobrás assumiu o campo, alcançou a camada do pré-sal e descobriu uma nova reserva gigantesca que agora segue em desenvolvimento sob o regime de partilha. Imaginem o que diriam os entreguistas de sempre, se o insucesso fosse da Petrobrás.

A AEPET tem compromisso com o futuro do Brasil e por isso defende a Petrobrás. É preciso que a nossa companhia seja forte, esteja a serviço da maioria e continue a demonstrar a capacidade de trabalho dos brasileiros.

Felipe Coutinho
Presidente da AEPET